

Trata-se de processo administrativo para a contratação de curso *IN COMPANY*, com o tema “**Treinamento do Sistema Compras.Gov Contratos**”, na modalidade telepresencial, com disponibilidade de 43 vagas, e carga horária de 12h, destinado aos servidores que atuam na gestão e fiscalização de contratos, notadamente aqueles lotados nas unidades referenciadas no Ato TRT5 n. 157/2022 (gestoras de despesas), e servidores da Coordenadoria de Licitações e Contratos.

O curso será realizado pela empresa **GLEICE DE SOUZA SILVA (Nome fantasia: Q-TEC INFORMATICA E TREINAMENTOS)**, com valor total de R\$ 14.100,00.

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

1 – Documento de Formalização da Demanda;

2 – Termo de Referência elaborado pela Governança de Contratações da Diretoria-Geral, com a justificativa da contratação, demonstrando a notória especialização, indicando como fundamentação legal a inexigibilidade de licitação, disposta no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21;

2 – Proposta da empresa;

3 – Justificativa do preço, conforme razões expostas no Termo de Referência e documentos que comprovam a razoabilidade/justificativa do preço, compatível com o mercado, conforme notas fiscais apresentadas para cursos similares, Doc. 6;

4 - Documentação que comprova a regularidade fiscal e trabalhista; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Portal da Transparência e Certidão Negativa de Vínculo com o órgão, Doc. 18;

5 - Autorização do Ordenador de despesa para continuidade da contratação;

6 - Disponibilidade Orçamentária;

7 - Sugestão de enquadramento realizado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos com base no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Convém registrar, que estão incluídos no conceito de curso “in company” todos aqueles eventos restritos ao público-alvo do TRT5, que serão ministrados para servidores do Tribunal. Ou seja, englobam aqueles eventos acessíveis apenas aos integrantes do quadro institucional e realizados de acordo com a metodologia, demanda, carências e o horário definidos pelo contratante.

Em conformidade com a instrução processual e com o Parecer Referencial nº 1/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, a Escola Judicial ratifica o enquadramento da despesa no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21, sugerido pela unidade demandante.

Dito isto, convém observar o posicionamento da Secretaria de Assessoramento Jurídico deste Tribunal, exarado no PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023, Doc.2 do PROAD 8601 /2023, com recomendações para a uniformização da instrução dos processos destinados a contratação de curso fechado/*in company*, organizadas em tópicos, abaixo transcritos :

DA CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NO ART. 74, III, “F” DA LEI 14.133/2021

a) INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO - não basta simplesmente descrever no processo o objeto como “capacitação e treinamento” ou “contratação de curso *in company*”, sendo necessário demonstrar que se trata de serviço técnico especializado listado no art. 6º da Lei 14.133/2021, voltado ao treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal e executado por profissional ou empresa de notória especialização.

b) SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO - o serviço a ser contratado enquadra-se como serviço especializado porquanto preenche a definição imposta pela Lei 14.133/2021 no inciso XVIII do art. 6º: serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

c) DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO - o Termo de Referência precisa apontar em tópicos específicos as informações relativas à notória especialização, acompanhado dos documentos pertinentes e correspondentes (currículos, folder, conteúdo programático, técnicas especiais, títulos de especialização dentre outros disponíveis);

d) O SERVIÇO NÃO PODE SER DE PUBLICIDADE OU DE DIVULGAÇÃO;

e) O SERVIÇO DEVE SER VOLTADO AO TREINAMENTO OU APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

a) DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – documento inicial do processo onde deverá ser retratada a necessidade do setor demandante;

b) TERMO DE REFERÊNCIA - conceituado pelo art.6º, XXIII, da Lei 14.133/2021 como sendo o documento necessário para a contratação de serviços, no formato padrão simplificado aprovado pelo Grupo de Trabalho deste TRT5 e que se encontra disponibilizado para a Escola Judicial, unidade que cuida dessas contratações;

c) ESTIMATIVA DA DESPESA – lastreada por meio da proposta da empresa ou do profissional;

d) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – conforme informação da unidade competente;

e) COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA - entendemos que podem ser dispensadas as exigências referentes à qualificação econômico-financeira e as certidões de

regularidade fiscal estadual e municipal quando o valor do curso se limitar a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral. Esse valor deve ser aferido ano a ano posto que ocorrerão atualizações periódicas no limite para dispensa de licitação

f) DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO – além de tópico evidenciando justificativa do preço, a unidade demandante deve anexar os documentos que possibilitem a comparação com aquele preço cobrado pela contratada a outros órgãos ou empresas ou outros documentos igualmente idôneos, conforme preconizado pelo §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021:

Art. 23. (...) §4º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Da leitura dos autos, vê-se o atendimento dos itens relacionados no citado parecer, necessários à aplicação do art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Em 02/08/2023.

Mariana Fraga

Técnico Judiciário

Diretoria-Geral

Trata-se de processo administrativo para a contratação de curso *IN COMPANY*, com o tema “**Treinamento do Sistema Compras.Gov Contratos**”, na modalidade telepresencial, com disponibilidade de 43 vagas, e carga horária de 12h, através de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Considerando o PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, constante no Doc. 2 do PROAD 8601/2023 e o cumprimento de suas recomendações, declaro inexigível a licitação de acordo com o art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21:

CONTRATADA	VALOR TOTAL
GLEICE DE SOUZA SILVA (Nome fantasia: Q-TEC INFORMATICA E TREINAMENTOS)	R\$ 14.100,00

À SOF para emissão da Nota de Empenho.

Ato contínuo, à CLC para o registro no PNCP da declaração da inexigibilidade, bem como da Nota de Empenho.

Após, à Escola Judicial para as providências pertinentes à realização da capacitação.

Em 02/08/2023

Orocil Junior

Diretor-Geral



**TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO
LEI Nº 14.133/2021**

1. OBJETO (Art.6º, Inciso XXIII, alíneas a e c)

1.1 Contratação de capacitação, conforme dados a seguir:

Nome do evento:	Treinamento do Sistema Compras.Gov Contratos
Unidade Promotora do evento:	Escola Judicial
Contratado(a):	Q-TEC Informática
Unidade demandante:	Diretoria-Geral – Governança de Contratações
CATSER	25232 Pagamento Inscrição Eventos

2. PÚBLICO ALVO

Servidores que atuam na gestão e fiscalização de contratos, notadamente aqueles lotados nas unidades referenciadas no Ato TRT5 n. 157/2022 (gestoras de despesas), e servidores da Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Cada unidade poderá indicar no máximo 2 (dois) servidores, que deverão, posteriormente, desempenhar o papel de multiplicador em sua na unidade de lotação.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL

A demanda está prevista no Plano de Capacitação Anual?

() Sim (x) Não () A unidade não possui Plano de Capacitação

A capacitação não foi prevista no Plano Anual de Capacitação de Contratações – 2023, porque à época de sua elaboração não havia conhecimento da disponibilização do sistema pelo Governo Federal.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea b)



O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio do Ofício Circular CSJT.SG.CGCO n. 101/2022, deu conhecimento aos Tribunais do Trabalho sobre a disponibilidade do Sistema Compras.gov Contratos para registro de todas as contratações celebradas, visando o atendimento à Nova Lei de Licitações e Contratos de publicação no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas.

Em março de 2023, o CSJT, através do Ceduc, disponibilizou um treinamento no referido sistema para todos os Tribunais do Trabalho, com a participação de um servidor de cada Regional. O representante do TRT5 foi a servidora Ana Gabriela Borges de Barros, lotada na Diretoria Geral (Governança de Contratações).

O TRT5, diversamente de outros Regionais, não possui sistema de gestão contratual, sendo utilizado até então, por algumas unidades, o GECON – sistema de gerenciamento desenvolvido pela SETIC, a princípio para uso pela própria unidade.

O Sistema Compras.gov Contratos é uma ferramenta do Governo Federal que automatiza os processos de gestão contratual e conecta servidores públicos responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornando as informações disponíveis a qualquer momento e melhorando as condições de gestão e relacionamento com os fornecedores.

A disponibilização da ferramenta, que vai além de cumprir a exigência legal de publicação dos contratos, suprirá importante lacuna na gestão dos contratos administrativos do TRT5, viabilizando o controle dos diversos documentos e dos prazos de vigência dos contratos, a gestão das informações financeiras, visão global das penalidades, padronização das ações de fiscalização, entre outros.

Desse modo, o evento justifica-se pela necessidade de capacitar os servidores envolvidos no macroprocesso de contratações, notadamente aqueles que atuam na gestão e fiscalização dos contratos, de modo a operacionalizar com precisão os diversos módulos, considerando a relevância das informações para eficiência da gestão contratual, respostas às diversas auditorias e atendimento das funções da governança de contratações.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea d)

5.1. Modalidade: () Presencial (x) Telepresencial (ao vivo) () À distância

5.2. Certificado: () Ao final do treinamento a contratada deverá emitir certificado para cada participante com no mínimo os seguintes dados: nome do treinamento, modalidade, nome do aluno, carga horária, data de início e término.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea e)



Tipo de evento	Curso in company telepresencial
Plataforma para acesso (quando couber)	Google Meet combinado com o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA da Q-Tec
Docente	Heles Resende Silva Júnior
Número total de participantes	30
Carga horária total	12 horas
Período de realização	19 a 22/09/2023
É capacitação para desenvolvimento gerencial?	não

7. MODELO DE GESTÃO DO TREINAMENTO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea f)

A concepção, coordenação técnico-administrativa e fiscalização será realizada pela Escola Judicial.

7.1. A gestão e fiscalização da contratação serão regidas, no que couber, pelo Ato TRT5 n. [32/2023](#), que dispõe sobre a atuação dos fiscais e gestores de contratos no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – TRT5, bem como pelos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, devendo ainda ser observado o seguinte:

7.2. A gestão administrativa e a fiscalização do contrato caberá à Escola Judicial, a quem competirá gerenciar quaisquer alterações decorrentes da contratação, recebimento do objeto e por atestar as notas fiscais para pagamento, na condição de representante do contratante.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea g)



8.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação.

a) A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar o pagamento da fatura vincenda no curso da execução do contrato.

(Para instruções deve ser acessado o seguinte link:
https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing)

b) **A CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação, que caracterizará **o recebimento definitivo**.

c) O **prazo de liquidação** será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal **com ateste**.

d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

g) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.



h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR (correlação com Art.6º, Inciso XXIII, alínea h)

9.1 Enquadramento legal

Trata-se de contratação de empresa que atua na área de treinamento, sendo possível o enquadramento na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no inciso III, alínea f, do art. 74 da Lei n. 14.133.

9.1.1. Da inviabilidade de competição

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade de se estabelecer uma competição entre os possíveis interessados, seja pelo fato de que aquele prestador é o único que atende às peculiaridades do objeto contratual pretendido, seja pela impossibilidade de comparação objetiva entre as propostas, eis que se trata de serviço eminentemente intelectual, cuja



produção atrela-se especificamente à técnica única de abordagem e modelagem, inerentes a cada profissional ou empresa do ramo.

9.1.2. Da notória especialização

9.1.2.1. Instrutor

O instrutor Heles Resende Silva Júnior é servidor público da Advocacia-Geral da União, na função Contador, responsável pelo Órgão. Graduado em Ciências Contábeis pelo Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (2007) e em Programa Especial de Formação de Docente pela Universidade Católica de Brasília.

Heles Junior é criador do sistema Conta, o qual deu origem ao Compras.gov Contratos. Ministrou treinamento para diversos Órgãos Públicos, como a Controladoria-Geral da União, IBAMA, Ministério da Infraestrutura, TRE-RO, TRT14 e para o CSJT.

A indicação do instrutor para esta capacitação decorre da sua experiência e conhecimento no sistema, conforme comprova o currículo mencionado e que acompanha a proposta da empresa Q-Tec Informática, além da reconhecida didática. Ademais, a proposta do curso foi desenhada para atender a necessidade de desenvolvimento de competências da área de licitações e contratos.

9.1.2.2. Empresa Contratada

A capacitação proposta trata-se de evento promovido pela Q-TEC Informática, empresa que atua na área de soluções em tecnologia da informação, além de cursos e treinamento em diversos sistemas. Tem parceria com os melhores professores do mercado, em diversos softwares privados e de governo.

A Q-Tec Informática é a mesma empresa contratada pelo CSJT para ministrar o treinamento no Sistema Compras.gov. Contratos, experiência vivenciada por este Regional.

9.3. Razão da Escolha

A escolha da empresa Q-TEC Informática se deu por se tratar de empresa reconhecida no mercado nos treinamentos de excelência oferecidos, com avaliação satisfatória, que disponibiliza profissionais de excelência, como o instrutor Heles Júnior, criador e multiplicador do sistema Compras.Gov Contratos.

10. JUSTIFICATIVA DO PREÇO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea I)

O valor total da contratação é de R\$ 14.100,00 (catorze mil e cem reais) para turma com 30 (trinta) participantes, e carga horária total de 12 horas. O investimento é aproximadamente R\$465,00,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) por participante.



O **preço proposto** para o curso revela-se compatível com o mercado, conforme notas fiscais apresentadas para cursos similares.

A empresa disponibilizará, de acordo com o item 2.11 da proposta, mais 13 (treze) vagas, como cortesia.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art.6º, Inciso XXIII, alínea j)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela dotação a ser informada oportunamente pela Escola Judicial.

12. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

() Não

(x) Sim - discrimine a seguir:

Os cursos in company e à distância contribuem sobremaneira para a capacitação dos servidores, o que traz economicidade e contribui para a sustentabilidade: economia de deslocamento e de consumo de papel, e consequentemente de custos.

Para esta contratação não foi exigido material escrito.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 São obrigações do órgão contratante, além daquelas dispostas em lei:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

13.1.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato.

13.1.3. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas corretivas.

13.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste Termo de Referência.

13.1.6. Sustar a execução do curso caso esteja em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.



14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. São obrigações da contratada, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

14.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação.

14.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

14.1.3. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.1.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos.

14.1.5. Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.

14.1.6. Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022 e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018;

14.1.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

15. SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. Resguardados os direitos que a Administração têm de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas obedecendo ao disposto na Lei n. 14.133:

15.1.1. Inexecução parcial do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), por dia de inexecução, incidente sobre o valor do objeto inadimplido. Será considerada inexecução parcial do contrato a prestação do curso com atrasos acima de 30 minutos ou carga horária total inferior a 90% (noventa por cento) do que fora contratada.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

15.1.2. Inexecução total do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), incidente sobre o valor integral do objeto contratado. Será considerada inexecução total do contrato a prestação do curso com carga horária total inferior a 50% (noventa por cento) do que fora contratada.

Salvador, 29 de junho de 2023

Assinado eletronicamente

ANA GABRIELA BORGES DE BARROS
Coord. de Governança de Contratações
Integrante Requisitante

OROCIL JÚNIOR
Diretoria-Geral